



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

Órgão do Partido  
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 22 - 10/07/2025



## **Carta às bases do PT, PSOL e demais aliados de esquerda que apoiam o governo de frente ampla de Lula. Um chamado às centrais, aos sindicatos e aos movimentos populares e camponeses.**

# **Organizar um movimento independente da classe capitalista e de seus governos!**

Esta manifestação “Centrão, o povo não vai pagar a conta”, convocada pela CUT, Frente Brasil Popular, Povo sem Medo etc., tem por bandeiras: “redução da jornada de trabalho, isenção de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5.000,00, pelo fim da escala 6X1 e taxação dos super ricos já”. Foi convocada após o Congresso Nacional derrubar o decreto de Lula sobre o aumento da alíquota do IOF. O MTST e Povo sem Medo, ligados ao PSOL, anteciparam com um ato de protesto no Banco Itaú, na Av. Faria Lima/SP.

A crise política se agravou, uma vez que os partidos de direita que compõem o governo de frente ampla foram fundamentais para aprovar o decreto do Congresso Nacional, mandando às favas o decreto do presidente da República. No centro do conflito em torno às medidas fiscais, se encontram a gigantesca dívida pública e a monumental carga de juros e amortizações. Nesse ponto, tanto Lula quanto os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e da cúpula do Judiciário estão de acordo que, qualquer que seja o caminho tomado, tem de ser de “estabilização da dívida”, que implica a garantia de pagamento dos juros aos seus ricos e magnatas credores.

Caso a elevação do IOF tivesse sido aprovada, apenas aliviaria momentaneamente as pressões sobre o governo federal para que cumpra os compromissos do “acordo de transição” da passagem do governo Bolsonaro ao de Lula, do arcabouço fiscal e, assim, das metas de redução e eliminação do déficit fiscal. Em pouco tempo, se tornou claro que, para realizar tal façanha, o novo governo de frente ampla teria três caminhos: 1) assumir um plano de profundos cortes nos gastos sociais, dar continuidade ao ataque à Previdência iniciado no governo Bolsonaro e reduzir ainda mais sua capacidade orçamentária necessária para enfrentar as tendências à estagnação e à recessão, à volta das demissões em massa e da elevação da taxa de desemprego; 2) elevar a carga dos impostos, que recairia sobre os setores menos taxados e diminuir a fantástica carga de subsídios aos capitalistas; 3) cortar gastos destinados aos serviços e assistência social em escala

“justificável” e elevar as taxas de imposto de alguns dos setores mais privilegiados.

Dentre as três variantes, a que mais convinha e convém ao governo petista é a terceira. De um lado, Lula mostraria às centrais, sindicatos e movimentos que fez de tudo para não ir fundo na parte orçamentária dos cortes sociais; e, ao mesmo tempo, mostraria aos capitalistas que elevaria o imposto apenas dos setores subtaxados, como é o caso do capital financeiro. Mas, os cálculos da casta capitalista oligárquica que comanda, em última instância, o Estado é o de que a escalada da dívida pública caminha para uma rápida insustentabilidade. Chegou a hora de aplicar um choque fiscal e econômico do tamanho do Plano Real, montado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e próximo ao plano de Milei, na Argentina. Era para Bolsonaro, com seu ministro neoliberal, Paulo Guedes, ter promovido tal choque, mas a pandemia atingiu frontalmente a política econômica do governo ultradiretista.

A eleição de Lula colocou o governo petista, que recorreu à frente ampla com setores da burguesia nacional, nesse terreno. Eis por que, para tomar posse nas condições de turbulência política, marcada pela tentativa de golpe fracassada, Lula teve de recorrer à peripécia de um acordo de transição, que teve como centro a garantia da sustentabilidade da dívida pública e a manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, ou seja, a “reforma trabalhista” e “previdenciária”, acompanhadas de leis antioperárias como a da terceirização etc.

A crise do IOF pôs à luz do dia a hora da verdade do ponto de vista capitalista. A bandeira de que os ricos devem pagar mais impostos e de que os pobres paguem menos está em desacordo com o funcionamento do capitalismo. Os poucos países que se deram ao luxo de uma carga tributária regressiva descarregam sua crise sobre as nações mais débeis e saqueadas.

**Leiam e divulguem o Jornal Massas.** É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. **O POR chama os trabalhadores a darem todo apoio ao Jornal Massas!**



Os números recorrentemente apresentados pela imprensa de que a dívida pública tem de ser contida ditam o sentido da crise econômica que, em seus altos e baixos, avança, sem que nenhum governo constituído após o fim da ditadura militar tenha mudado o seu percurso geral.

Lula denunciou na condição de candidato que o Banco Central era controlado por interesses financeiros e que seu governo mudaria a política monetária das altas taxas de juro. Seu apadrinhado, Gabriel Galípolo, manteve os mesmos critérios ditados pelo ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto, de elevação da taxa Selic, que acaba de atingir 15% ao ano. Setores da burguesia reclamam da alta carga de juro real, mas todos estão pelas medidas de proteção à dívida pública, ou seja, ao capital financeiro, que acaba de pôr abaixo o decreto do IOF de Lula.

A questão fundamental da manifestação “Centrão, o povo não vai pagar a conta” está em que seus organizadores se negam a colocar no centro dos conflitos políticos a dívida pública e ocultam uma lei econômico-social do capitalismo de que sempre as disfunções e a crise econômica são descarregadas sobre a classe operária, a classe média urbana e os camponeses pobres. É tentadora a ideia de que os ricos paguem mais impostos e os pobres menos. Mas, se assenta em bases ilusórias, que estão sendo utilizadas pelas direções do PT, PCdoB, PSOL etc. e pela burocracia sindical para defender o governo Lula das contradições político-econômicas em que está envolvido.

A isenção de pagamento de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000,00, se admitida, será uma migalha que os capitalistas despenderão, sabendo que as faixas assalariadas logo acima acabarão por pagar a diferença. A maior carga de imposto sobre os pobres e miseráveis são os chamados impostos indiretos, que o consumidor paga ao comprar o arroz, feijão etc. e consumir o gás, a eletricidade etc.

A bandeira classista é a da abolição de qualquer imposto sobre os assalariados. Quanto à redução da jornada de trabalho, trata-se de uma bandeira genuinamente operária, mas que foi lançada demagogicamente pelo PSOL sob a bandeira do fim da escala 6X1. Comparece isolada e desvinculada do objetivo geral da luta contra o desemprego, que exige emprego a todos, por meio da redução geral da jornada de trabalho, sem reduzir os salários, no sentido da escala móvel das horas de trabalho. É do conhecimento geral que milhões de trabalhadores e aposentados sobrevivem com um ou menos de um salário mínimo. O que os colocam na miséria. A defesa de um salário mínimo vital, capaz de manter a família trabalhadora, e do emprego a todos está na base do programa próprios da classe operária e dos demais explorados.

É obrigatória uma resposta clara sobre a dívida pública. O movimento operário, popular e camponês deve levantar a bandeira de “Não pagamento da dívida pública” e estatização dos bancos, sob o controle operário. Esse é um ponto de partida para a luta independente da classe operária no sentido de estabelecer um terreno próprio de combate por um programa e uma estratégia própria de poder.

As bases aqui presentes na manifestação certamente estão pela derrocada da política econômica definida pelo capital financeiro e outros setores oligárquicos da classe burguesa. Mas, não poderão aplinar o caminho dessa luta apoiando o governo burguês de Lula, forjado sobre a frente ampla e que se sujeita à manutenção da dívida pública, ao aprimoramento das

contrarreformas de Temer e Bolsonaro e aos ataques a antigas conquistas dos explorados.

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama as bases do PT, PSOL e demais correntes a lutarem no campo da independência política e organizativa diante do governo Lula e de todos os governos burgueses. Devem exigir que o PT rompa com o governo de frente ampla e se coloque contra toda medida que atinja a vida dos explorados e o desenvolvimento das forças produtivas.

O POR não oculta que defende a constituição de uma oposição revolucionária ao governo Lula como a via para combater a oposição da direita e ultradireita burguesas. Mas não se furta a estar presente nesta manifestação que permite à vanguarda com consciência de classe expor e defender sua posição classista e revolucionária.

O POR chama as centrais, os sindicatos e movimentos populares e camponeses a convocarem um Dia Nacional de Luta para erguer um programa próprio da classe operária em defesa de suas condições de existência e que responda às guerras em curso – guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Que se coloque no sentido de constituição de uma frente única anti-imperialista.

### **Que esta manifestação erga as bandeiras classistas:**

- Não pagamento da dívida pública!
- Estatização dos bancos, sob o controle dos trabalhadores!
- Revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização!
- Fim de qualquer imposto pago pelos assalariados e demais oprimidos!
- Por um salário mínimo vital!
- Por emprego a todos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários!
- Pela independência política e organizativa dos sindicatos e movimento diante dos governos burgueses!
- Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa de um programa próprio de reivindicações!

**LANÇAMENTO!** Adquirá já com o distribuidor do Massas.

## **A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA**

Abraham Leon

**R\$ 30**

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

